

**Leite a pasto em sistema de Pastoreio Racional Voisin (PRV) como forma de resistência à  
“sojificação da sociedade”: O caso da família Schimith da Rocha**

Tatiana Aparecida Balem<sup>1</sup>, Ricardo Lopes Machado<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Eng. Agrônoma, Mestre e Dra. em Extensão Rural, Professora EBTT IFFarroupilha/RS Campus Júlio de Castilhos. E-mail: [tatiana.balen@iffarroupilha.edu.br](mailto:tatiana.balen@iffarroupilha.edu.br)

<sup>2</sup>Médico Veterinário, Extensionista Rural – EMATER/RS E.M. Santa Maria/RS. E-mail: [ricardo.lmachado@hotmail.com](mailto:ricardo.lmachado@hotmail.com)

**Local e qual foi a experiência:** A propriedade da família Schimith da Rocha está localizada no município de Santa Maria-RS, BR, em uma região de abrangência do Bioma Pampa. A propriedade possui 75 ha, sendo atualmente toda ocupada com atividade leiteira. O trabalho foi desenvolvido através de observação e análise dos dados técnicos e produtivos dos sistemas de produção, levantados através do acompanhamento técnico da propriedade desde 2012. O trabalho de extensão rural com a família, desenvolvido pela EMATER/RS, iniciou em 2011. Esse trabalho de extensão rural visa a mudança dos sistemas produtivos de leite convencionais para sistemas de base ecológica, com Pastoreio Racional Voisin (PRV) como tecnologia de fundo.

**Objetivo:** Discutir o processo de transição do sistema de produção soja-leite para o sistema leite de base ecológica da família Schimith da Rocha, residente no município de Santa Maria/RS.

**Como foi o desenvolvimento:**

O avanço e expansão do cultivo da soja, no estado do Rio Grande do Sul (RS), vêm causando uma grande pressão nos ecossistemas e comunidades locais. Resulta em concentração de renda e terra, êxodo rural e uma percepção social e produtiva “quase religiosa”, a que chamamos de “sojificação da sociedade”. O termo “sojificação da sociedade” explica o domínio técnico, econômico, de infraestrutura de apoio à produção (insumos, assistência técnica, serviços, máquinas, crédito agrícola) e de mercados estabelecidos, voltados basicamente para a soja, em regiões inteiras (BALEM et al, 2017). A cultura da soja passou de 949 mil hectares (ha) na safra 1976/77, para 33.251,9 mil ha na safra 2015/16, e o RS é o terceiro estado maior produtor, com 5,692 milhões de ha plantados (CONAB, 2016).

Outro elemento fundamental desse processo é a tendência geral da sociedade de desvalorizar qualquer iniciativa de agricultura fora do modelo do monocultivo da soja. Nessa última afirmação reside a explicação da percepção “quase religiosa”, pois parâmetros técnicos, produtivos e de mercados são completamente ignorados, quando se trata de outras culturas agrícolas ou outras formas produtivas. Desta forma, o conhecimento científico acaba tomando ares de conhecimento religioso. Percebe-se um “endeusamento” da cultura da soja, há uma defesa irrestrita desta como única cultura agrícola viável, que ignora os feitos ambientais e econômicos na agricultura familiar, por exemplo. E a ênfase de instituições na esfera da administração pública, de ensino, de extensão e de pesquisa, direcionando o conhecimento técnico para a cultura da soja, leva os *experts* da soja a exercer uma “certa autoridade” sobre os outros profissionais. Essa postura dialoga com o apontado por Khun (2011), ou seja, a defesa irrestrita do paradigma dominante da ciência, o que aproxima a discussão científica com o saber tradicional e religioso, que se pauta pela autoridade.

O Bioma Pampa, presente unicamente no estado do RS, no Brasil, é um bioma único e com um potencial extraordinário para produção de carne e leite de forma sustentável, pois a condição ambiental é o potencial para a produção agrícola, diferentemente dos outros biomas onde a atividade agrícola faz supressão das características ambientais. Este bioma está sendo desfigurado pelo cultivo da soja. Por outro lado, os sistemas de produção animal convencionais, por estarem atrelados à modernização da agricultura, tem apresentado elevado custo de produção por hectare

(ha), o que leva a muitos pecuaristas familiares a arrendarem suas terras para o cultivo de soja. No RS em torno de 65 mil famílias vendem leite cru para a indústria, sendo 19 mil famílias a menos do que em 2015. A área média das propriedades produtoras de leite fica em 19,1 ha, 38,5% dos agricultores relatam que não têm descendentes ou esses não tem interesse em seguir na atividade e 95,6% trabalham com leite à base de pasto (IGL, EMATER/RS, 2017). Os sistemas à base de pasto são hegemonicamente desenvolvidos com culturas anuais de verão e de inverno, com expressivos vazios forrageiros na transição dessas culturas, o que demanda a suplementação com silagem, normalmente de milho, de alto custo de produção e conseqüentemente um fator de exclusão das famílias da atividade.

**Dificuldades:** A principal dificuldade encontrada foi o assédio dos técnicos da empresa compradora do produto (leite), que tinham como principal objetivo a venda de insumos, tais como sementes de forrageiras anuais, agrotóxicos e fertilizantes químicos. Como principal argumento esses técnicos buscavam desconstruir a proposta tecnológica do PRV, baseado em pastagens perenes, argumentando que as pastagens anuais e a suplementação com silagem seria mais viável para a família.

#### **Resultados da experiência:**

A família Schimith da Rocha começou com a atividade leiteira em 1997, logo após ser constituída, em função da necessidade de diversificação de renda. Hoje é constituída pelo casal e dois filhos de dezenove anos. A atividade leiteira ocupava uma parte dos 75 ha de área útil da propriedade, onde predominava a cultura da soja. Por muito tempo adotaram um sistema convencional de produção de leite, baseado em pastagens anuais e complementação com siliagem de milho. Esse sistema, além de apresentar alto custo de produção, insidia em acentuada penosidade do trabalho, principalmente o trabalho de retirada da silagem dos silos.

Na primeira visita do extensionista à família, esta estava desanimada com a atividade leiteira, havia vendido os melhores animais do rebanho e tinha intenção de abandonar a atividade. A família afirmava que o leite deixava pouca renda e demandava bastante trabalho, entendiam que se dedicar integralmente à cultura da soja seria o mais adequado. Ao se defrontar com a proposta de extensão rural diferenciada, que tinha por objetivo a implantação do PRV e a construção e apropriação de conhecimentos por parte dos agricultores, a família ficou desconfiada, pois estava acostumada à presença de técnicos na propriedade buscando unicamente vender insumos. Mesmo assim, passou a participar dos encontros do grupo de produtores de leite do município, para trocar experiências e refletir sobre a possibilidade de desenvolver outro sistema de produção. Tomar conhecimento dos resultados em outras propriedades foi determinante para a família acreditar na proposta extensionista.

A execução do projeto de PRV começou em 2012, inicialmente em 12,9 ha, onde foram implantadas pastagens perenes (Tifton e Aruana) e manejada uma área já existente de campo nativo. Em 2013, a família, através do programa RS Biodiversidade (uma política pública a fundo perdido do governo do estado do RS), implantou espécies arbóreas na linha da cerca elétrica para proporcionar sombra aos animais e água encanada nos piquetes, estratégias que visam o bem estar animal e otimização produtiva. Nesse mesmo ano, a família investiu em uma sala de ordenha nova com ordenha canalizada, o que melhorou muito a condição de trabalho. Nesse ano também foi abolida a silagem e a alimentação passou a se basear somente no pastejo rotacionado, com suplementação de alimento concentrado no cocho, simplificando o sistema. A proposta de extensão rural também engloba o acompanhamento da gestão da propriedade como um todo, pois é necessário para a família visualizar os custos e rendimentos da produção, e a interação entre as diferentes atividades produtivas. Em 2016, observando os dados econômicos das duas atividades, leite e soja, a família percebeu que a atividade leiteira, com a implantação do sistema de base

ecológica baseado em PRV era mais rentável que a atividade de grãos. Assim, decidiram dedicar-se exclusivamente ao leite, perenizando mais 20 ha com pastagens e arrendando os 23 ha restantes. O ano de 2018 foi o último com plantio de soja na propriedade, pois a família decidiu não arrendar mais a área de 23 ha destinada para esse plantio.

As mudanças dos índices produtivos observadas de 2012 para 2018 são as seguintes: a- de 10 para 19,7 litros/animal/dia; b- de 20 para 62 vacas em lactação; c- de 200 para 1.300 litros diários. Porém, mais importante que os índices produtivos são os índices econômicos, ou seja, custos de produção e melhoria de renda líquida por área trabalhada. Como a base do sistema é o PRV e a alimentação basicamente é a pastagem, trabalhamos com o índice de renda líquida por ha e não produção por animal, como é utilizado nos sistemas convencionais. O quadro 01 demonstra a evolução dos índices produtivos e econômicos da propriedade.

**Tabela 1.** Evolução dos índices produtivos e econômicos da atividade leiteira, e econômicos da produção de soja, de 2016 a 2018.

Ano	Produção leite/ano	Produção total leite/mês	Renda mensal líquida (R\$)*	Custo de prod. total (%)	Renda líquida/ha/ano Leite (R\$)*	Renda líquida/ha/ano/Soja (R\$)*
2016	168.222	14.018	12.642,00	28 %	3.063,00	652,00
2017	266.897	22.241	15.349,00	41 %	3.720,00	1.239,00
*2018	408.000	34.000	21.505,00	45 %	3.945,00	782,00

\* Correção dos preços realizada pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), tendo o mês de janeiro como referência.

\*\* Projeção para o ano de 2018.

O problema sentido pelo grande uso de agrotóxicos na lavoura de soja somado à excelente renda líquida do atual sistema de produção de leite estimulou a família a fazer a transição da lavoura de grãos para a pecuária de base ecológica. A família afirma que apesar da atividade leiteira ser uma atividade com maior demanda de trabalho, no PRV, pode ser desenvolvida sem o uso de agrotóxicos, além de possibilitar maior renda e a provável sucessão rural na propriedade, já que os dois filhos jovens visualizam a permanência no meio rural. A família optou por substituir a atividade da soja pela atividade leiteira. Em 2012 a soja ocupava 86% da área produtiva e a atividade leiteira apenas 14%. Na safra 2017/2018, a atividade leiteira ocupou 69% da área produtiva e a soja 31%, no entanto, a partir de maio de 2018 a área destina-se exclusivamente à atividade leiteira. Os referenciais técnicos de base ecológica utilizados na produção leiteira, ou seja, produção de leite a base de pasto, sob Pastoreio Racional Voisin, foram determinantes para a mudança nos sistemas produtivos.

Os comparativos de renda líquida por ha, na cultura da soja e na atividade leiteira; o maior impacto ambiental causado pela cultura da soja em relação a atividade leiteira, refletidos no cotidiano e na qualidade de vida da família; e a reprodução social, viabilizada por sistemas produtivos de base ecológica, são questões de fundo desse relato.

### Bibliografia Citada

- BALEM, T. A. et al. Feiras de agricultores familiares em Júlio de Castilhos e Tupanciretã: um contraponto à hegemonia da soja. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 55, 2017, Santa Maria. **Anais...** Brasília: SOBER, 2017.
- CONAB. **A produtividade da soja: análise e perspectivas.** Brasília: Conab, 2017.
- IGL; EMATER-RS/ASCAR. **Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2017.
- KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas.* São Paulo: Perspectiva, 2011.